



unifaema

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

GIOVANNA NAKAD MATIAS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM PILAR PARA O
DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL**

**ARIQUEMES - RO
2024**

GIOVANNA NAKAD MATIAS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM PILAR PARA O
DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dra. Yesica Nunez Pumariega

**ARIQUEMES - RO
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433e Matias, Giovanna Nakad.

Educação sexual na primeira infância: um pilar para o desenvolvimento saudável. / Giovanna Nakad Matias. Ariquemes, RO: Centro Universitário Faema – UNIFAEMA, 2024.

27 f.

Orientadora: Profa. Dra. Yesica Nunez Pumariega.

Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Psicologia – Centro Universitário Faema – UNIFAEMA, Ariquemes/RO, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Educação Continuada. 3. Estigmas. 4. Sexualidade. 5. Violência Sexual. I. Título. II. Pumariega, Yesica Nunez.

CDD 150

Bibliotecária Responsável

Isabelle da Silva Souza
CRB 1148/11

GIOVANNA NAKAD MATIAS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM PILAR PARA O
DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dra. Yesica Nunez Pumariega

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Yesica Nunez Pumariega

Prof. Ma. Jessica de Sousa Vale

Prof. Esp. Katiuscia Carvalho de Santana

**ARIQUEMES – RO
2024**

Dedico este trabalho à minha família, que, mesmo em frente às adversidades do percurso, nunca duvidaram do alcance do destino final.

AGRADECIMENTOS

À minha base familiar, que nunca mediu esforços para que eu pudesse atingir o objetivo final, minha mais sincera gratidão. Agradeço também aos professores que auxiliaram na construção desta graduação, em especial à Prof. Dra. Yesica Nunez Pumariega, que persistiu junto a mim até o fim.

*Viver é superdifícil. O mais fundo está sempre
na superfície – Paulo Leminski*

RESUMO

Este trabalho aborda a relevância da educação sexual na primeira infância, que abrange o período de 0 a 6 anos, conforme definido pelo Ministério da Saúde. Tem como principal objetivo revisar a importância da educação sexual na primeira infância, observando seu impacto no desenvolvimento psicológico e emocional das crianças. A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa bibliográfica abrangente, com foco em base de dados acadêmicos e teóricos, totalizando diversas referências que abordam a temática. Foram utilizados descritores como: "educação sexual", "primeira infância", "desenvolvimento psicológico", "prevenção de violência sexual", "formação continuada", "políticas públicas", "práticas pedagógicas inclusivas", "violência sexual" e "direitos da criança" para localizar as bibliografias pertinentes. As bases de dados consultadas para a consulta das bibliografias foram: Google Books, LILACS, PubMed, Repositórios de Universidades, SciELO, Sites oficiais do Governo Federal e Revistas Científicas. Foram selecionadas todas as literaturas relacionadas ao tema deste estudo. Os resultados indicam que a educação sexual é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, contribuindo para a prevenção da violência sexual e a promoção da consciência corporal. Além disso, a pesquisa revela que a falta de conhecimento e a resistência cultural são barreiras significativas que limitam a implementação efetiva dessa educação nas escolas e nas famílias. As conclusões ressaltam que a educação sexual é um direito das crianças e um componente fundamental para a formação de cidadãos informados e responsáveis. A necessidade de formação continuada para educadores e a criação de políticas públicas que priorizem a educação sexual desde a primeira infância são urgentes, visando a construção de uma sociedade mais consciente e inclusiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Educação Continuada; Estigmas; Sexualidade; Violência Sexual.

ABSTRACT

This paper addresses the relevance of sexual education in early childhood, which covers the period from 0 to 6 years old, as defined by the Ministry of Health. It aims to review the importance of sexual education in early childhood, observing its impact on the psychological and emotional development of children. The methodology used consisted of an extensive bibliographical research, focusing on academic and theoretical databases, totaling several references that address the theme. Descriptors such as: "sexual education", "early childhood", "psychological development", "sexual violence prevention", "continuous training", "public policies", "inclusive pedagogical practices", "sexual violence", and "children's rights" were used to locate pertinent bibliographies. The databases consulted for the literature search were: Google Books, LILACS, PubMed, University Repositories, SciELO, official Federal Government websites, and Scientific Journals. All literature related to the theme of this study was selected. The results indicate that sexual education is essential for the healthy development of children, contributing to the prevention of sexual violence and the promotion of body awareness. Moreover, the research reveals that lack of knowledge and cultural resistance are significant barriers limiting the effective implementation of this education in schools and families. The conclusions emphasize that sexual education is a child's right and a fundamental component for forming informed and responsible citizens. The need for continuous training for educators and the creation of public policies that prioritize sexual education from early childhood are urgent, aiming at building a more conscious and inclusive society.

Keywords: Development; Continuing Education; Stigmas; Sexuality; Sexual Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Geral	12
1.1.2 Específicos	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3.1 SOBRE OS ESTIGMAS E SEUS EFEITOS	14
3.2 ÍNDICES E INFORMAÇÕES	16
3.3 O IMPACTO DO TRAUMA: CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS E PROLONGADAS	17
3.4 EDUCAÇÃO ENQUANTO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS	28

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual na primeira infância se destaca como um tema de extrema relevância, não apenas no contexto acadêmico, mas também nas esferas social, emocional e de saúde pública. Nos últimos anos, o crescente reconhecimento da importância de abordar questões relacionadas à sexualidade desde os primeiros anos de vida tem suscitado debates significativos entre educadores, pais e profissionais de saúde. Este trabalho de conclusão de curso visa explorar a interseção entre a educação sexual e a prevenção da violência contra crianças e adolescentes, destacando a necessidade de uma abordagem informada e sensível que respeite a individualidade dos jovens.

A primeira infância, compreendida entre os zero e seis anos de idade, é um período crucial para o desenvolvimento humano. Estudos mostram que as experiências nesse estágio inicial influenciam profundamente a formação da identidade, a saúde mental e emocional, e as relações sociais futuras. No entanto, essa fase também é marcada por estigmas e tabus que cercam a discussão sobre sexualidade, levando a uma falta de informações adequadas e à perpetuação de preconceitos. De acordo com Erving Goffman (1963), o estigma é um atributo percebido como desviante, que pode resultar em exclusão social e dificultar interações normais. Neste contexto, a educação sexual, frequentemente mal interpretada como erotização infantil, é essencial para desmistificar conceitos e promover um entendimento saudável da sexualidade.

A pesquisa bibliográfica realizada revelou que a educação sexual não apenas é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças, mas também atua como uma ferramenta de prevenção contra a violência sexual. Dados alarmantes do Ministério da Saúde indicam uma alta incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, evidenciando a necessidade urgente de intervenções educativas que capacitem os jovens a reconhecer comportamentos inadequados e a se protegerem. Entre 2015 e 2021, foram registrados mais de 200 mil casos de violência sexual, com uma prevalência alarmante entre meninas e dentro do ambiente familiar. Esses números demonstram que a falta de informação e a ausência de um diálogo aberto sobre sexualidade contribuem para a vulnerabilidade das crianças, tornando-as alvos de abusos.

Além disso, é crucial considerar que a educação sexual na infância não deve ser vista apenas como um fator de prevenção, mas também como um meio de empoderamento. Ao fornecer às crianças conhecimentos sobre seus corpos, direitos e a diversidade das relações humanas, estamos preparando-as para interações sociais saudáveis e para a construção de uma autoestima positiva. A pesquisa de Pires (2013) destaca que a sexualidade é intrinsecamente ligada à afetividade e, portanto, deve ser tratada com a seriedade e o respeito que merece. O

desenvolvimento de uma educação sexual adequada pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de respeitar a si mesmos e aos outros.

Nesta conjunção, a colaboração entre família, escola e comunidade se torna essencial. O papel dos pais e educadores é fundamental para criar um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças se sintam à vontade para explorar e discutir questões relacionadas à sexualidade. A formação contínua de professores é imprescindível para garantir que estejam preparados para abordar esses temas com sensibilidade e conhecimento. A resistência cultural e os estigmas que permeiam a educação sexual devem ser enfrentados através de iniciativas que promovam o diálogo e a reflexão, possibilitando uma mudança significativa na percepção social sobre a sexualidade.

Por fim, este trabalho reafirma que a educação sexual na primeira infância não é apenas um direito das crianças, mas também um componente essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. As estratégias propostas visam não apenas informar, mas também transformar, desafiando preconceitos e promovendo um entendimento mais amplo e inclusivo das diversas expressões da sexualidade humana. A implementação de políticas públicas que priorizem a educação sexual desde os primeiros anos de vida é um passo crucial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a formação de um futuro mais consciente e livre de violência.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Revisar a importância da educação sexual na primeira infância, observando seu impacto no desenvolvimento psicológico e emocional das crianças.

1.1.2 Específicos

- Analisar criticamente os tabus e estigmas sociais associados à educação sexual na primeira infância e seu impacto no desenvolvimento psicossocial das crianças;
- Levantar dados estatísticos sobre incidentes de violência sexual contra crianças e adolescentes, correlacionando-os com a falta de educação sexual adequada.
- Observar, através de pesquisa bibliográfica, os efeitos a curto e longo prazo do trauma causado por abuso sexual na infância, considerando as implicações psicológicas e comportamentais.
- Revisar a importância e a necessidade de abordar a educação sexual nas escolas, propondo métodos pedagógicos que respeitem a individualidade e promovam o bem-estar das crianças.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica narrativa, sustentada por Jean Clandinin e Micheal Connelly (1990), traduzido por Mariani e Mattos (2011). Foram exploradas as bases de dados: Google Books, LILACS, PubMed, Repositórios de Universidades, SciELO, Sites oficiais do Governo Federal e Revistas Científicas. A busca abrange artigos publicados entre 2001 e 2023, em português e inglês.

Foram utilizadas palavras-chave como “educação sexual”, “primeira infância”, “desenvolvimento psicológico”, “prevenção de violência sexual”, “formação continuada”, “políticas públicas”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “violência sexual” e “direitos da criança”. Excluindo, assim, toda literatura não pertinente ao tema central deste trabalho, garantindo um foco preciso no conteúdo relevante. Foram selecionadas apenas as literaturas relacionadas ao tema deste estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SOBRE OS ESTIGMAS E SEUS EFEITOS

É importante, em primeiro lugar, fixar que, sobretudo, o conteúdo aqui apresentado e explorado foi, inicialmente, evidenciado e defendido por competentes estudiosos, dos quais alguns serão trazidos ao decorrer deste TCC. Observe também que, de acordo com o Ministério da Saúde e teóricos da Psicologia, como Miller (2002), a primeira infância está contida entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade.

À título de definição, segundo o sociólogo Erving Goffman (1963), o estigma é um atributo ou comportamento que é percebido como desviante ou fora do padrão aceitável pela sociedade. Este atributo ou comportamento, quando observado em um indivíduo ou grupo, pode levar a uma interrupção nas interações sociais normais, pois cria expectativas e normas que podem ser difíceis de cumprir; entende-se então que o tema em questão é recebido sob uma perspectiva popularmente negativa, principalmente por vincular criança à sexualidade causando aversão na grande massa.

No entanto, compreende-se que a educação sexual não possui conexão alguma com a erotização infantil. Muito pelo contrário, busca apresentar um tema estigmatizado de forma saudável e adaptada ao público alvo, fazendo com que crianças aprendam sobre seus corpos, saúde, diversidades e direitos.

A educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram” (Figueiró, 2018).

Tratando-se de sexualidade infantil, o estigma pode resultar na supressão ou negação da manifestação saudável da sexualidade das crianças. Isso pode ser danoso, pois a sexualidade não é um aspecto isolado de nossa personalidade, e sim está profundamente conectada à nossa afetividade (Pires, 2013).

A educação sexual na primeira infância é, de acordo com Silva e Lira (2013), um campo complexo e multifacetado que é frequentemente encoberto por uma série de estigmas. Entre os quais pode-se apontar a falta de conhecimento e informação por parte de pais e cuidadores, a ausência de debates na formação de educadores, a não aplicação da educação continuada, o determinismo biológico e a desigualdade de gênero.

É observado que os efeitos causados pelos estigmas na educação sexual na primeira infância podem ser profundos e duradouros; baseando-se no trabalho de Michele Pires (2013), é possível compreender que a falta de conhecimento e informação pode levar a uma compreensão distorcida da sexualidade, enquanto a ausência de debates na formação de

educadores e a não aplicação da educação continuada podem resultar em uma abordagem inadequada à educação sexual. Além disso, o determinismo biológico e a desigualdade de gênero podem reforçar estereótipos prejudiciais e limitar a aceitação da diversidade sexual. Resultando em exclusão social, limitação de oportunidades e até mesmo violência, afetando negativamente o desenvolvimento saudável das crianças.

Torna-se importante então a compreensão sobre o que é a violência, podendo ser observada de acordo com Santos (1996), como um método de controle constante e visível, que se manifesta em relações sociais através do uso real ou implícito da coerção. Impedindo o reconhecimento e o respeito pelo outro, seja em termos de pessoa, classe, gênero ou raça, e resulta em danos físicos ou psicológicos. Contrariando, assim, os princípios de uma sociedade democrática contemporânea.

Além disso, segundo Minayo e Souza (1998) a violência é definida como “qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”. Devido às suas diferentes formas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ((Krug et al, 2002), propõe tipologias que enquadrem devidamente cada violência e seus aspectos, sendo a violência sexual infantil caracterizada como interpessoal.

A violência interpessoal, subdividida em violência comunitária e violência familiar, que inclui a violência infligida pelo parceiro íntimo, o abuso infantil e abuso contra os idosos. Na violência comunitária incluem-se a violência juvenil, os atos aleatórios de violência, o estupro e o ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (Krug et al, 2002).

Como forma de prevenção à incidência de casos de abuso sexual infantil, tem-se a necessidade de livrar-se de estigmas, através da educação e a informação acerca do objeto estigmatizado, bem como o respeito e o confronto aos tabus sociais.

É fundamental que todos os setores da sociedade, como a família, a escola, as unidades de saúde, as prefeituras etc., trabalhem o respeito e a normalização dessas questões de educação sexual. É mais urgente ainda que esse trabalho se inicie desde cedo, com as pessoas que estão em estágio de desenvolvimento, como é o caso de crianças e adolescentes, para refletir sobre os estigmas que estão presentes em uma sociedade ainda presa em preconceitos e desinformações sobre o que tange o campo da educação sexual (Ministério da Saúde, 2018).

Fortalecendo essa ideia, o psicólogo Corrigan (2015), sugere que o protesto é uma ferramenta benéfica para fazer as pessoas repensarem seus comportamentos, a educação é uma abordagem para desmistificar os estigmas existentes e o contato promove a interação entre as pessoas, o que pode ajudar a reduzir o preconceito.

3.2 ÍNDICES E INFORMAÇÕES

Segundo um relatório epidemiológico do Ministério da Saúde (2021), o Brasil registrou 202.948 (duzentos e dois mil novecentos e quarenta e oito) incidentes de violência sexual contra crianças e adolescentes de 2015 (dois mil e quinze) a 2021 (dois mil e vinte e um). Em 2021, o número de notificações atingiu o que seria, até então, o pico, com 35.196 (trinta e cinco mil e cento e noventa e seis) casos.

Contudo, analisando as informações dispostas pela Fundação Abrinq (2022), já no ano seguinte, das 62.091 (sessenta e duas mil e noventa e uma) denúncias registradas, mais de 45 (quarenta e cinco) mil envolviam vítimas com menos de 19 (dezenove) anos. Isso representa 73,8% (setenta e três vírgula 8 por cento) do total - ou seja, é estimado que a cada quatro incidentes de violência sexual no Brasil, três envolvam crianças ou adolescentes.

Mais que isso, através dessa mesma pesquisa disponibilizada pela Abrinq, confirmou-se que a maior parcela de vítima de abusos sexuais corresponde ao público feminino, contendo, na época, 87,7% (oitenta e sete vírgula sete por cento) das ocorrências em solo brasileiro. E em mais de 81% (oitenta e um por cento) das vezes que uma criança de 0-9 (zero a nove) anos de idade foi violada, a pessoa responsável foi um homem.

Além dos fatos supracitados, outro que chama a atenção e estimula a preocupação, divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (2022), é que cerca de 73% dos casos foram cometidos dentro da própria casa da vítima e/ou agressor, sendo o agressor pai/padrasto em 40% (quarenta por cento) desses. Outros lugares com certa frequência são as escolas, vias públicas e centros de saúde.

Falando em índices, em uma pesquisa de meta-análise, Paolucci et al. (2021), fala sobre as consequências do abuso sexual na infância e indica que crianças que o sofreram apresentam um aumento de 20% (20 por cento) no risco de desenvolver Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Além disso, essas crianças têm uma probabilidade 21% (vinte e um por cento) maior de enfrentar depressão e comportamentos suicidas. O estudo também revelou um aumento de 14% (quatorze por cento) na tendência para comportamentos sexuais promíscuos, um aumento de 8% (oito por cento) na perpetuação do ciclo de violência e um aumento de 10% na probabilidade de enfrentar déficits no desempenho escolar. Porém, notou-se que, em meninas, há a prevalência de sintomas de dissociação de 30% (trinta por cento) e de TEPT 40% (Collin-Vézina & Hébert, 2005).

Por mais que os números sejam expressivos e já alarmantes quanto a falta de segurança e a necessidade de se repensar meios que promovam mudanças no âmbito de como a sexualidade é concebida socialmente, estima-se que os valores reais sejam significativamente

maiores, haja vista que, segundo Itamar Gonçalves à TV Senado (2021), nem todos os casos são denunciados justamente pela falta de compreensão acerca da própria sexualidade e seus limites, e também pela maior parte de abusos infanto-juvenis acontecerem na esfera familiar, o que “facilita” esconder o crime.

3.3 O IMPACTO DO TRAUMA: CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS E PROLONGADAS

Como mencionado previamente, o abuso sexual causa diversos impactos na vida da vítima, e eles têm efeito a curto e longo prazo. Contudo, nota-se que grande parte dos traumas repercutem por toda uma vida caso não haja um olhar de cuidado para com eles.

A maioria dos pesquisadores concorda que o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (Romaro; Capitão, 2007, p. 151).

Enquanto “os pré-púberes apresentam sequelas que dificultam sua evolução psicoafetiva e sexual, afetando as identificações que ela poderia construir, impedindo que a adolescência seja um período de questionamento construtivo” (Childhood Brasil, 2022). Os transtornos como ansiedade, depressão, síndrome do pânico; comportamentos autodestrutivos e a sexualização precoce são algumas das possíveis consequências psicológicas que podem se manifestar em adolescentes que foram vítimas de abuso sexual (Childhood Brasil, 2022).

De acordo com Gabel (1997 p. 67), entre os vários sintomas advindos de um abuso sexual estão sensações gerais de desconforto; a percepção de mudanças físicas; a continuidade das sensações que foram forçadas sobre elas; problemas de controle da bexiga e do intestino, conhecidos como enurese e encoprese; dores abdominais intensas; episódios de falta de ar e desmaios; questões alimentares como náuseas, vômitos, anorexia ou bulimia; e a interrupção do ciclo menstrual, mesmo quando não houve penetração vaginal.

Ainda, Day et al. (2003) defende que os efeitos a curto prazo da violência doméstica (incluindo a sexual) seriam, além dos supracitados, a dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis mais intensos de medo, raiva, culpa, isolamento e hostilidade; sensação crônica de perigo e confusão, cognição distorcida, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade; pensamento ilógico; redução na compreensão de papéis mais complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais.

Embora a maior parcela de vítimas tenha implicações graves em seu desenvolvimento e adaptação, não é uma regra que todos os adolescentes manifestem sequelas após serem vítimas de abuso sexual. De fato, muitos demonstram uma capacidade de resiliência e excelente recuperação, mesmo após passarem por uma experiência tão traumática. O suporte oferecido

pela família e pelos profissionais envolvidos no cuidado do adolescente é um fator crucial para prevenir o surgimento de problemas emocionais e transtornos graves (Lages et al, 2011), como os mencionados anteriormente.

3.4 EDUCAÇÃO ENQUANTO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Sabe-se que quanto mais informações pautadas em Educação Sexual uma criança receber, mais meios de prevenção e percepção de hostilidades ela terá. Ou seja, é possível dizer que a Educação Sexual é uma agente diretamente ligada à proteção de crianças e também de adolescentes.

O abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido. (Brino & Williams, apud Wolfe, 1998).

Em primeiro lugar, é importante visar a família como primeira e principal fonte de educação (Ribeiro, 2012). Cabe aos pais/responsáveis promoverem o bem-estar, cuidado, amor e um norte para a formação de adultos potentes e capazes em meio a sociedade. Os cuidadores têm o dever de munir suas crianças com conhecimento e informações acerca da sexualidade (Haffner, 2005). Ainda segundo este, uma família sexualmente saudável trata o assunto com naturalidade e, além de praticar as coisas ditas neste parágrafo, estimulam o autoconhecimento, responsabilidades e autoestima. No geral, são aquelas cujos pais são abertos à perguntas e conversação.

No entanto, é perceptível que, em grande parte das famílias, não há o ensinamento sobre a sexualidade e suas subjetividades. Em parte, isso ocorre devido a estigmatização citada previamente. Pais (2012), afirma que embora hoje aborde-se o tema com maior frequência que no passado, ainda é notável a presença do nervosismo, através de risos e evitação de certos tópicos. As reflexões apresentadas estão em sintonia com as de Kakavoulis (2001), conforme citado por Silva (2006), destacando que os responsáveis pela educação das crianças frequentemente se sentem inseguros em relação à sua habilidade para conduzir adequadamente a educação sexual de seus filhos.

Entende-se então que “falar sobre a saúde sexual e direitos reprodutivos nas escolas é de extrema importância, e aliar esses conhecimentos com a realidade é mais necessário ainda (Ministério Da Saúde, 2024)”, uma vez que apenas o berço familiar não consegue suprir a necessidade da criança, e também vale lembrar que muitas vezes a violação sexual acontece dentro de casa, fortalecendo a necessidade da criação de uma atmosfera segura em ambiente externo.

A educação sexual facilita até mesmo, de acordo com o Ministério da Saúde (2018), a crítica a relações marcadas pela desigualdade de direitos. Ela também abre espaço para discussões sobre afeto e prazer (Pires, 2013), permitindo a quebra de tabus e a promoção do respeito e da diversidade. Isso possibilita reflexões sobre temas como a repressão sexual feminina, a subordinação das mulheres aos homens, a exploração sexual, a exposição a doenças, prevenção de abusos, entre outros. Indo além, a educação sexual é uma ferramenta para corrigir comportamentos discriminatórios, como homofobia, lesbofobia, transfobia, racismo e preconceitos baseados em desigualdades de classe.

Para que tais ponderações fossem viáveis, foi necessário abdicar-se da visão biológica higienista simplória acerca da sexualidade humana, bem como do olhar fortemente religioso como forma de política pública (FIGUEIRÓ, 2010). Foi preciso compreender o assunto como uma prática aliada à saúde física e mental (Sfair; Bittar; Lopes, 2015; Taquette, 2013)

Como meio de alcançar essas mudanças, Furlani (2011) defende a educação continuada de professores, visando a adaptação e evolução da percepção da sexualidade humana, uma vez que a formação em si não fornece conhecimento o suficiente para lidar com a temática:

[...] discutir, como primeiro ponto, o direito à Educação Sexual. Nesse sentido, mesmo que reconheçamos que os cursos de formação não habilitem adequadamente professoras/es para o trabalho de Educação Sexual na escola, a formação continuada pode e deve buscar suprir essa lacuna (FURLANI, 2011, p. 28).

Ainda, Puerto (2009, p. 93) fornece uma série de recomendações pedagógicas que pais e educadores devem levar em consideração ao abordar a Educação Sexual:

- Pais e mães deveriam esquecer a sua própria educação sexual e recordar que não têm obrigação de saber tudo;
- A Educação Sexual dos pais deveria partir de um conceito integral da mesma e deveria ser ensinada por ambos os cônjuges;
- Pais e escola deveriam colaborar, apoiando a mesma direção educativa. Nesse sentido, ambos deveriam adiantar-se sempre “à rua” e aos meios de comunicação;
- Seria bom ensinar cada filho ou jovem a aceitar a sua própria sexualidade como algo muito positivo para a sua vida;
- Responder sempre às perguntas dos nossos filhos, qualquer que seja o momento em que são formuladas e sempre com a verdade, adaptada ao seu entendimento e momento evolutivo;
- Os pais deveriam criar um ambiente no lar, desde a mais pequena infância, onde os filhos percebam que se pode perguntar e falar sobre este tema;

- A Educação Sexual deveria estar misturada com a vida cotidiana dos pais porque a sexualidade não é um capítulo à parte.

Quanto aos pais/responsáveis, Paula Costa (2012) sugere que a inclusão de temas relacionados à educação sexual e à sexualidade pode ser alcançada por meio da organização e promoção de treinamentos, *workshops* e sessões de conscientização e esclarecimento. Sendo essas iniciativas que permitem a discussão de uma variedade de tópicos sem a presença de tabus ou barreiras. Mais que isso, elas oferecem aos pais a oportunidade de comunicar seus conhecimentos, valores, princípios e crenças de maneira clara e apropriada para a idade de seus filhos, ao mesmo tempo em que valorizam sua própria sexualidade.

Já às escolas, Alice Frade (2009) em seu guia para professores, formadores e educadores defende que, compete a implementação de projetos de educação sexual que envolva inicialmente a conscientização da comunidade educativa, incluindo debates com professores, responsáveis e, se possível, os próprios jovens. Em seguida, é necessário equipar a escola com os recursos necessários para o desenvolvimento desses projetos, o que pode envolver a formação de professores e a criação de um centro de recursos em educação sexual. Finalmente, são programadas atividades específicas de educação sexual para crianças e jovens, que podem envolver a integração de várias turmas da escola e a realização de ações em torno de datas significativas.

De acordo com Furlanetto (2018), ao abordar a temática em escolas, as oficinas são a estratégia preferida, justificada pela interação intensa que proporcionam entre os participantes e pela construção coletiva de conhecimento, com um ou mais facilitadores impulsionando as discussões (Martins; Horta; Castro, 2013). Outras abordagens incluem diálogos com os alunos (Cunha; Lima, 2013; Maia et al., 2012), leitura de livros infantis (Filha, 2012), criação de encenações teatrais (Souza, 2011), dinâmicas de grupo e atividades lúdicas (Baumfeld et al., 2012; Fonseca; Gomes; Teixeira, 2010), intervenções psicoeducativas (Murta et al., 2012), círculos de cultura (Beserra et al., 2011; Nau et al., 2013) e grupos operativos (Gomes, 2013).

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, ter criado as condições necessárias para o desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), oficialmente publicados em 1998 (Brasil, 1998) - possuindo a finalidade de orientar as instituições de ensino na renovação de suas práticas pedagógicas, visando aprimorar a qualidade da educação e assegurar a aplicação efetiva dos investimentos no sistema educacional brasileiro – o tema em discussão continua sendo uma questão delicada e desafiadora.

No conjunto dos PCN, o volume dedicado à orientação sexual merece destaque por propor um tratamento interdisciplinar das questões de sexualidade no ambiente escolar. Tendo ampla abordagem, abrangendo as dimensões biológicas, culturais, sociais e históricas da sexualidade (Palma et al., 2015), com o objetivo de promover uma vivência saudável, prazerosa e responsável, contribuindo para uma educação sexual inclusiva e integral (Brasil, 1998).

As práticas educativas voltadas para a sexualidade, contudo, estão sendo questionadas quanto à efetividade, pois estudos indicam que os adolescentes, em seus comportamentos sexuais, estão frequentemente assumindo riscos que comprometem a sua saúde (Espada; Morales; Orgilés, 2014; Oliveira; Béria; Schermann, 2014). O que leva ao debate quanto à postura discriminatória exposta por professores e membros do corpo escolar quanto às expressões sexuais dos estudantes (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015).

Reforça-se então a proposta acerca da educação continuada como capaz de suavizar e, até mesmo, extinguir a problemática, uma vez que o cenário atual pode ser atribuído à falta de treinamento adequado dos professores em temas de sexualidade, o que tende a perpetuar métodos de ensino ancorados em perspectivas religiosas, sanitárias e heteronormativas (Gesser; Oltramari; Panisson, 2015).

Uma vez que, segundo Cunha; Silva e Giovanetti (2008), o abuso sexual e suas consequências sobre a saúde da vítima “são primeiramente uma violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade”, cabe às instituições educacionais garantir segurança, dignidade e proteção às crianças (Campelo & Santos, 2021)

Percebe-se que, como parte do papel destinado a essas instituições, elas devem dar condições e instrumentos para a proteção dessas crianças contra a violência (inclusive a violência oriunda do seio familiar), ofertando uma educação sexual de qualidade e apropriada, desde a primeira infância, já que esta servirá como instrumento de proteção (Campelo & Santos, 2021).

E, segundo a UNESCO (2016), a implementação de estratégias de educação sexual e o ensino de gênero nas escolas são essenciais para garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres, meninos e meninas. Sendo essas medidas fundamentais para prevenir e eliminar todas as formas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho explorou a importância crítica da educação sexual na primeira infância e seu papel na prevenção da violência sexual, promoção da consciência corporal e formação de cidadãos sexualmente saudáveis e responsáveis. A pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados acadêmicas forneceu uma visão abrangente dos estigmas e tabus que cercam o tema, bem como dos índices alarmantes de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os dados analisados indicam que a educação sexual precoce pode ter um impacto significativo na redução desses índices, corroborando a hipótese de que uma abordagem educacional informada e sensível é fundamental. Além disso, os efeitos a curto e longo prazo do trauma causado pelo abuso sexual foram discutidos, ressaltando a urgência de intervenções preventivas e educativas.

Através deste estudo, constatou-se que educação sexual na primeira infância vai além de uma simples questão de saúde pública; trata-se também do direito das crianças de receber informações adequadas e de serem resguardadas. As estratégias pedagógicas propostas neste trabalho visam apoiar educadores e famílias na implementação de programas de educação sexual eficazes, que respeitem a individualidade das crianças e promovam um ambiente seguro para o aprendizado e a discussão sobre sexualidade.

Por fim, vale reforçar a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais que priorizem a educação sexual desde os primeiros anos de vida, como um meio essencial para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de uma sociedade mais consciente e menos preconceituosa em relação à sexualidade.

REFERÊNCIAS

BAUMFELD, Tiago Soares; SÁ, Raphael Botelho; SANTOS, Daniela Fernanda de Almeida; MONTEIRO, Otávio Montovanelli; FERREIRA, Mariana Benzaquen; SILVA, Edith Márcia Valadares; RAYMUNDO, Mário Augusto; QUEIROZ, Andreson Melo; BONOLO, Palmira de Fátima. **Autonomia do cuidado**: interlocução afetivo-sexual com adolescentes no PET-Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 71-80, 2012

BESERRA, Eveline Pinheiro; TORRES, Cibele Almeida; PINHEIRO, Patrícia Neyva Costa; ALVES, Maria Dalva Santos; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pedagogia freireana como método de prevenção de doenças. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1563-1570, 2011

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em <https://gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 26 de mai. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**: violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caminhos_construcao_educacao_sexual_transformadora.pdf. Acesso em: 03 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Primeira infância**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf> >. Acesso em: 20/05/24.

BRINO R. F.; Williams L. C. A. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**. *Educação & Realidade*. 2008;33(2): 209-30. Apud WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. In: MASH, G.; BARKLEY, R. (Orgs.). *Treatment for Childhood Disorders*. New York: Guilford Press, 1998. P. 545-597.

CAMPELO, Arandi Maciel; SANTOS, Roseane Cordeiro Estima dos. **Comunicação Empresarial**: Desafios entre os setores de compras e comercial em uma empresa de produtos e equipamentos odontológicos. *Revista Vox Metropolitana*, n. 5, ago. 2021. Disponível em: <https://revistavox.metropolitana.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/01.pdf> Acesso em: 15/06/24.

CHILDHOOD BRASIL. **Saúde mental**: os impactos do abuso sexual na infância e adolescência. 22 de jul. de 2022. Disponível em <https://www.childhood.org.br/saude-mental-os-impactos-do-abuso-sexual-na-infancia-e-adolescencia/>. Acesso em: 25/05/2024.

COLLIN-VÉZINA, D. & HÉBERT, M. (2005). Comparing dissociation and PTSD in sexually abused school-aged girls. **Journal of Nervous and Mental Disease**, 193(1), 47-52.

CORRIGAN, Patrick. Terapia de aceitação e compromisso (ACT) e estigma: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v.11, n.1, p.1-10, 2015.

COSTA, P. C. de A. Sexualidade na primeira infância: um percurso que se inicia na família. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 88, p. 77–102, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2012.88.77-102. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/492>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CUNHA, Cristiane de Freitas; LIMA, Nádia Laguárdia de. **A escuta de adolescentes na escola**: a sexualidade como um sintoma escolar. *Estilos da Clínica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 508-517, 2013.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil**: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, suppl. 1, p. 09-21, 2003.

ESPADA, José P.; MORALES, Alexandra; ORGILÉS, Mireia. Riesgo sexual en adolescentes según la edad de debut sexual. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 53-60, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico; Maria Neide Figueiró. Depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora Larissa Darc. São Paulo: APEOESP 2018, **entrevista concedida ao site oficial do sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/porqueehhttp://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/por-que-e-importante-falardeeducacao-sexual-nas-escolas/importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

FILHA, Constantina Xavier. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 627-646, 2012.

FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lucia de Oliveira; TEIXEIRA, Karina Correa. **Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual** realizada por acadêmicos(as) de enfermagem. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 330-337, 2010.

FRADE et al. **Educação sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores**. Lisboa, Portugal: Texto Editores, 2006. (Coleção Educação Hoje).

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da violência sexual em 2024**. Disponível em: <https://fadc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual>. Acesso em: 04 de jun. de 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Pode ser abuso: a cada hora mais de três crianças sofrem violência sexual**. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/pode-ser-abuso-a-cada-hora-mais-de-tres-criancas-sofrem-violencia-sexual>.

FURLANETTO, M. F. et al.. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura**. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 550–571, abr. 2018.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. **Docência e concepções de sexualidade na educação básica**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GOFFMAN, Erving, **Stigma - Notes on the Management of Spoiled Identity**, Englewood Cliffs N.J, Prentice-Hall, 1963 (Trad. Bras. Mathias Lambert, Rio de Janeiro, Zahar, 2004).

GOMES, Claudia de Moraes. Vivência em grupo: sexualidade, gênero, adolescência e espaço escolar. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 103-111, 2013.

HAFFNER, Debra. **A criança e a educação sexual**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2005.

KRUG, E. G, et al. (eds.) **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAGES, A. C. **Marcadores neurobiológicos e psicométricos da eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de estresse pós-traumático associado a sintomas dissociativos: relato de caso**, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010181082011000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 de mai. de 2024

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; EIDT, Nadia Mara; TERRA, Bruna Mares; MAIA, Gabriela Lins. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, 2012.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MARIANI, F.; MATTOS, M. CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p. **Revista**

de Educação Pública, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 663–667, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i47.1766.

MARTINS, Alessandra Sousa; HORTA, Natália Cássia; CASTRO, Maria Consolação Gomes. Promoção da saúde do adolescente em ambiente escolar. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p.112-116, 2013.

MILLER, Patricia H. **Theories of Developmental Psychology**. 2002. Disponível em: <https://perpus.univpancasila.ac.id/repository/EBUPT190364.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2024.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 513-531, nov. 1997.

MURTA, Sheila Giardini, ROSA, Isabela Oliveira; MENEZES, Jordana Calil Lopes de; RIEIRO, Marcella Regina Silva; BORGES, Ohary de Souza; PAULO, Silvia Guimarães de; OLIVEIRA, Verônica de; RIBEIRO, Danilo Cruvinel; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda. **Sexual and reproductive rights at school**: qualitative evaluation of a pilot study. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 3, p. 335-344, 2012.

OLIVEIRA, Nália de Paula; BÉRIA, Jorge Umberto; SCHERMANN, Lígia Braun. **Sexualidade na adolescência**: um estudo com escolares da cidade de Manaus/AM. *Aletheia*, v. 43, n. 44, p. 129-146, 2014.

PAIS, Machado. *Sexualidade e afectos juvenis*. Lisboa, Portugal: **Imprensa de Ciências Sociais**, 2012.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. **Parâmetros curriculares nacionais**: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PAOLUCCI, E. O., GENUIS, M. L. & VIOLATO, C. (2001). A metaanalysis of the published research on the effects of child sexual abuse. **The Journal of Psychology**, 135(1), 17-36.

PIRES, Michele Ignacio. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA. **Revista Periferia**, Duque de Caxias, v. 5, n. 2, p. 64-75, jul./dez. 2013. Disponível em: URL. Acesso em: 26/05/2024.

PUERTO, Cosme. **Educação sexual e a escola**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Editora ID Books, 2009.

RIBEIRO, T. T. **Educação da sexualidade em meio escolar**: os valores comuns. 2008. Disponível em: . Acesso em: out. 2012.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência**: aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620-632, 2015.

SILVA, Élide Cavalcante; LIRA, Cinthya. **Educação sexual na primeira infância: orientações da base nacional comum curricular sobre o tema para docentes.** Disponível em: URL. Acesso em: 27/05/2024.

SILVA, Isolina. **Educação para os valores em sexualidade: um estudo com futuros professores e alunos do 9º Ano de escolaridade.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: . Acesso em: 23 de maio de 2024.

SOUZA, Vânia de. Adolescentes em cena: uma proposta educativa no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 1716-1721, 2011.

TAQUETTE, Stella R. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência.** Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 72-77, 2013.

TV SENADO. Educação sexual é fundamental para proteger as crianças, de acordo com a **Childhood Brasil.** Youtube, 27 ago. 2021. 1 vídeo (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M3J0pQZ1CXM> . Acesso em: 4 de jun. de 2024.

UNESCO. **UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres.** 07 junho 2016. Acesso em: 25/06/24.

ANEXOS

Relatório de verificação de plágio



DISCENTE: Giovanna Nakad Matias

CURSO: Psicologia

DATA DE ANÁLISE: 17.10.2024

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **2,57%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet [▲](#)

Suspeitas confirmadas: **2,57%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados [▲](#)

Texto analisado: **94,33%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.9.4
quinta-feira, 17 de outubro de 2024

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente GIOVANNA NAKAD MATIAS n. de matrícula **30350**, do curso de Psicologia, foi aprovado na verificação de plágio, com percentagem conferida em 2,57%. Devendo a aluna realizar as correções necessárias.

Assinado digitalmente por: ISABELLE DA SILVA SOUZA
Razão: Responsável pelo documento
Localização: UNIFAEMA - Ariqueme/RO
O tempo: 22-10-2024 16:15:58

ISABELLE DA SILVA SOUZA
Bibliotecária CRB 1148/11
Biblioteca Central Júlio Bordignon
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA